# Clipping Diário





ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
180 Graus	07.02.2018	-	-

## Esperantina: prefeita vai à justiça para não pagar servidores em dia e ganha

### "CRISE FINANCEIRA" OU MÁ GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS?

A prefeita de Esperantina Vilma Amorim, do PT, é uma daquelas gestoras que perdeu o apoio dos servidores públicos – excluindo-se, claro, o dos parentes e apaniguados.

Em sua mais recente investida, ela contribuiu mais ainda para ser mal vista pela classe. A petista conseguiu junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI), perante o presidente em exercício, desembargador José James Gomes Pereira, a derrubada da liminar que mandava a chefe do executivo municipal pagar os salários do funcionalismo público em dia.



ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
CidadeVerde.com	07.02.2018	-	-

#### "Impunidade", diz família de larla sobre soltura de acusado

Vestindo uma camisa estampada com a frase "Eu escolho Deus", o primo de Iarla Barbosa Lima, Jordy Mesquita, esteve nesta terça-feira (6) no Tribunal de Justiça e desabafou sobre o sentimento da família da jovem diante da revogação da prisão preventiva do acusado de matar a estudante.

O familiar de larla conta que todos os parentes e amigos da vítima estão abalados com a decisão da soltura do ex-tenente do Exército José Ricardo da Silva Neto, 22 anos. Mas a dor mais forte está sendo sentida pela professora Dulcinéia Barbosa e por Ilana Barbosa, mãe e irmã de larla. Ilana estava com a irmã no dia do assassinato e também foi baleada.

"A mãe e a irmã estão com uma sensação de desespero. A dona Dulcinéia chora e fala que não sabe o que vai fazer da vida dela", conta Jordy.

O primo de larla conta, ainda, que a sensação de impunidade é forte após a soltura de ex-tenente José Ricardo da Silva Neto.

"É muita tristeza, dor, angústia, impunidade e revolta. É impossível uma pessoa fazer o que fez e ainda ficar solta", lamenta Jordy, que está otimista que a Justiça seja favorável ao recurso que será interposto ainda hoje pelo Ministério Público contra a revogação da prisão do acusado.

#### Famílias se unem

Jordy e o pai da estudante Camilla Abreu, também vítima de feminicídio, estão articulando um ato em protesto contra a soltura do ex-tenente José Ricardo.

O pai de Camila Abreu entrou em contato com os familiares de larla e disse que está "revoltado" com a liberdade do acusado. "Ele disse que nossa dor é igual. Estamos pensando em um protesto. Não vamos desistir de lutar", adianta Jordy.

#### Acusado é réu confesso

O acusado já confessou o assassinato e alegou que o crime foi motivado por ciúmes. O feminicídio foi praticado quando o ex-tenente e sua então namorada larla saiam de um bar localizado na zona Leste de Teresina.

"O tenente confessou o crime. Ele relatou que estava na festa com as meninas e decidiu ir embora porque não estava se sentindo bem. Dentro do carro, ele disse à larla que não era bobo e que viu ela dançando como amigos", contou o delegado Francisco Baretta, coordenador da Delegacia de Homicídios, que investigou o caso.



ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
CidadeVerde.com	07.02.2018	-	-

#### Juiz manda soltar ex-tenente acusado de assassinar a tiros larla Barbosa

O juiz da 1ª Vara do Tribunal do Júri, Antônio Nollêto, determinou a soltura do ex-tenente do Exército, José Ricardo da Silva Neto, que confessou ter assassinado a tiros sua namorada, a estudante larla Lima Barbosa, de 25 anos.

O crime ocorreu a madrugada de 19 de junho, na saída de um bar na zona Leste da capital. A decisão é da última sexta-feira (2) e deste então o ex-tenente do Exército encontra-se em liberdade condicional. Leia a sentença clicando aqui.

José Ricardo está preso desde o dia do crime quando foi encontrado no condomínio onde morava, no bairro Santa Isabel. No carro, que estava estacionado no mesmo local, ainda estava o corpo da jovem morta. Com ele foi apreendida a arma do crime, uma pistola calibre 380.

Na decisão o juiz determina como medidas cautelares que José Ricardo não pode se ausentar temporariamente ou definitivamente do município de sua residência, sem a devida autorização do Juízo; deve comparecer a todos os atos do processo para os quais for intimado; comparecer mensalmente perante o juízo da Comarca de Recife (PE), para informar e justificar as suas atividades; recolhimento domiciliar no período noturno, a partir das 20h; não se envolver em nenhum outro delito e não frequentar casas de eventos.

A advogada da família Karla Oliveira, explica que a medida já era esperada pelos familiares. "Causa aquela sensação de impunidade e de indignação mas o Dr. Nollêto tão somente cumpriu a lei que determina que tendo bons antecedentes criminais, ele pode aguardar o Júri em liberdade", explicou a advogada.

O promotor Ubiraci Rocha informou que está de férias e ainda não tomou conhecimento da decisão. O promotor informou ainda que ao retornar analisará a decisão para as devidas providências.

#### Família lamenta

Procurado pelo Cidadeverde.com, o primo de Iarla, Jordy Mesquita afirmou que a família está abalada com a informação e desabafa. "Sentimento de dor, impunidade e revolta é o que fica", disse o jovem.

#### Ministério Público

O Ministério Publico denunciou o ex-tenente à Justiça por feminicídio.

Na denúncia, Ubiraci Rocha destacou que o crime foi cometido pelo menosprezo ou "discriminação à condição de mulher, haja vista a expressa manifestação de poder do acusado sobre a vítima, uma vez que estes mantinham uma relação amorosa (namorados), há apenas sete dias".

O ex-oficial também foi denunciado por tentativa de homicídio qualificado pelo feminicídio de Josiane Mesquita da Silva e Ilana Lima Barbosa, amiga e irmã [respectivamente] de Iarla que também teriam sido baleadas por ele.

O caso foi encaminhado ao Tribunal Popular do Júri de Teresina.



### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
OitoMeia	07.02.2018	-	-

## Advogadas se reunirão com presidente do TJ após soltura dos assassinos de Iarla e Neylivia

A soltura de Hugo Viana Lino (policial de Capitão de Campos) e <u>José Ricardo da</u> <u>Silva Neto (ex-tenente do Exército)</u>, que assassinaram, respectivamente Neylivia Oliveira da Costa Viana e Iarla Barbosa, é alvo de indignação popular e não vai passar batido para um grupo de mulheres advogadas do Piauí, que se reúnem nesta sexta-feira (06/02) com o presidente do Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI), desembargador Erivan Lopes.

Elas vão manifestar indignação e repúdio contra as decisões judiciais que concederam a soltura dos assassinos.

Vale lembrar que o ano de 2016 fechou com 7.587 casos pendentes de violência doméstica contra a mulher e o Estado do Piauí está colocado como 5º lugar em maior índice entre os tribunais de pequeno porte no país. "A violência contra a mulher está arraigada na cultura da sociedade machista, que banaliza e muitas vezes culpabiliza a própria vítima", diz trecho da nota do Grupo de Mulheres Advogadas do Piauí.

"Exigimos que o Estado, que a sociedade, que o poder judiciário e todos se empenhem em medidas efetivas para que mortes de mulheres não ocorram mais, com essa sensação de impunidade", completa o grupo, criado em 2014 e idealizado pela advogada Noélia Sampaio.



ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
GP1	07.02.2018	-	-

### Juíza suspende direitos políticos do exprefeito José Batista

A ação contra o ex-prefeito se deu pela falta de prestação de contas referente ao convênio Siafi de nº 653037 vinculado ao Ministério da Integração Nacional.

BÁRBARA RODRIGUES DE TERESINA

07/02/2018 3 08h38 - atualizado 3 08h42

O ex-prefeito de Altos, José Batista Fonseca, foi condenado em Ação Civil de Improbidade Administrativa proposta pela prefeitura de Altos. Ele teve os direitos políticos suspensos por três anos, está proibido de contratar com o Poder Público, receber incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de três anos e terá que pagar uma multa correspondente a seis vezes a remuneração recebia quando era prefeito. A ação foi proposta em 2014 e a condenação foi publicada no Diário Oficial do TJ de 5 de fevereiro.

A juíza de direito da Vara Única de Altos, Andrea Parente Lobão Veras, ainda revogou a medida liminar que havia determinado a indisponibilidade dos bens do prefeito. Ela julgou parcialmente procedente a ação.

A ação contra o ex-prefeito se deu pela falta de prestação de contas referente ao convênio Siafi de nº 653037 vinculado ao Ministério da Integração Nacional (n° 7.93.07.0076/00) que se encerrou dia 29 de julho de 2012. A falta dessas informações tornaria o município de Altos inadimplente junto ao governo federal e a Codevasf, não podendo assim firmar novos convênios.

Nesse caso, não foram apresentadas informações sobre a aplicação de cerca de R\$ 38 mil que foram liberados pelo governo federal na gestão de José Batista. Foi pedida então na ação a condenação por dano moral coletivo no valor de R\$ 100 mil e a indisponibilidade dos bens do ex-prefeito em R\$ 38 mil.

Em sua defesa, o ex-prefeito afirmou que as prestações de contas foram apresentadas tempestivamente, inexistindo a complementação alegada no processo. Acrescentou não ter havido desvio de recursos e que houve perda do objeto em face da prestação de contas.

A juíza entendeu que não houve indício de enriquecimento ilícito ou dano erário, por isso revogou a indisponibilidade dos bens, mantendo apenas a irregularidade relacionada a não prestação de contas, já que a apresentação das informações teria ocorrido apenas quatro meses após a prefeitura ingressar com a ação e dois anos após o prazo estabelecido.